

Magalhães nega absolvição de deputados

Relator da CPI diz que não é responsável por decisão tomada pela mesa da Câmara

JORGE MEDITSCH
 Especial para o Estado

MIAMI — O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), negou ontem responsabilidade pela absolvição dos deputados do PMDB Jorge Tadeu Mudalen (SP) e Pedro Irujo (BA). Os dois foram incluídos na lista de parlamentares que deveriam continuar a ser investigados. A mesa da Câmara decidiu tirá-los da lista na terça-feira, depois de ouvir o vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS). Segundo Klein, documentos da CPI inocentavam seus colegas de partido. A mesa aceitou o argumento, apesar dos indícios existentes no relatório final a CPI contra Mudalen e Irujo.

“Não tenho nada a ver com isso, eu recomendei que a mesa os investigasse”, disse o relator, que está em Miami, descansando com a família. “Se a mesa os liberou, não é comigo o problema.” Na sexta-feira, na leitura do relatório final, a CPI divulgou errata cortando dois parágrafos de seu parecer sobre Mudalen, mas mantendo a sugestão de novas investigações. “Depois, ele voltou a mim, querendo mais, mas nada mais foi mudado e o que propus, em relação aos dois, é o que saiu no relatório, não tenho nada a modificar.”

O relator confirmou que escreveu uma carta ao deputado Jesus Tajra (PFL-PI), em que se dispõe a depor em seu favor à mesa da Câmara. Na versão impressa do relatório final da CPI, sua decisão de inocentá-lo foi trocada pela de continuar as investigações. Magalhães ressaltou que



Angel Mora/Seven Seas

O deputado com turistas no hotel em Miami: “Não tem nenhum inocente na lista de cassações”

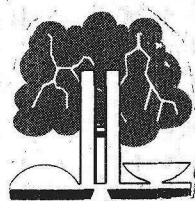
“a carta não era dirigida à mesa”. “Não o absolvi, nem poderia ter absolvido, como é que posso influenciar a mesa numa decisão?” Tajra apresentou a carta à mesa, que decidiu retirar seu nome da lista.

Magalhães disse também ignorar o desaparecimento de páginas do relatório final, revelado pelo **Estado** na quarta-feira. Seu parecer sobre o deputado Manoel Moreira (PMB-SP), que teve sua cassação pedida, tinha sete páginas na versão original e duas na versão impressa. “Recordo que, na leitura do relatório, as conclusões sobre ele estavam corretas e, se não me engano, as premissas também”, declarou.

O relator disse temer tentativas de desmoralizar o relatório final: “Seria a primeira manobra a esperar dos advogados dos cassáveis”, explicou. “Vão fazer de tudo para abalar a credibilidade da CPI.” Ele garantiu, porém, que “não tem nenhum inocente entre os 18 deputados cuja cassação foi recomendada”. “Pode ser até que a Câmara chegue a uma conclusão diferente mas, no que depender de mim, nenhum deles vai para o céu.”

Com a decisão de inocentar Tajra, Irujo e Mudalen, a lista dos parlamentares a serem investigados ficou com nove nomes. A mesa da Câmara criou uma comissão especial de assessoramento, coordenada por Fernando Lyra (PSB-PE), para estudar a situação desses deputados caso a caso. A comissão não vai tomar novos depoimentos ou fazer novas diligências e deverá se limitar ao exame dos documentos reunidos pela CPI.

■ Colaborou João Domingos



**QUE
 PROPUS É O
 QUE SAIU NO
 RELATÓRIO**